



# CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata nº 12/2023

Ata da Assembleia Geral Ordinária do **Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS**, realizada no dia 17 de outubro de 2023, no auditório na Rua Pedro II, 25 Centro, com a presença de conselheiros, convidados e a Secretária Executiva do conselho Sra. Adelma Santos Lima, conforme lista de presença abaixo:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2023			
CONSELHEIRO	REPRESENTATIVIDADE		Outubro
Rayssa Ramos Barja	TITULAR	GOVERNO - SEDS	P
Tassia Queiroz Prado	SUPLENTE	GOVERNO - SEDS	***
Maria Anunciação de Jesus Lourenço	TITULAR	GOVERNO - SMS	F
Vago	SUPLENTE	GOVERNO - SMS	***
Angélica Egler Graça Gomes	TITULAR	GOVERNO - SEDUC	***
Cristiana Mondadori	SUPLENTE	GOVERNO - SEDUC	P
Alexsander José Guedes	TITULAR	GOVERNO - SEMES	P
Paulo Roberto Paes Musa	SUPLENTE	GOVERNO - SEMES	F
Leonardo Rodrigues de Moraes	TITULAR	GOVERNO - SECULT	F
Marcelo Lattanzi Ramires	SUPLENTE	GOVERNO - SECULT	F
Renata Fagundes	TITULAR	GOVERNO - SEDURB	P
Jorge Manuel de Souza Ferreira	SUPLENTE	GOVERNO - SEDURB	***
Ronaldo Francisco Resende	TITULAR	GOVERNO - COHAB	P
Jessica Vilar da Nobrega Laffront	SUPLENTE	GOVERNO - COHAB	P
Marcus Vinicius Gonçalves Sécio	TITULAR	GOVERNO - SESEG	P
Ana Carolina da Silva Costa Emilio	SUPLENTE	GOVERNO - SESEG	***
Itiel Pereira de Araújo Filho	TITULAR	GOVERNO - SEFIN	P
Mayara Bessa Cappello	SUPLENTE	GOVERNO - SEFIN	***
Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
ONG Vidas Recicladas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Instituto Elos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
PROVIVER Obras Sociais e Educacionais	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	JUSTIFICADO
Asilo de Inválidos de Santos – Casa do Sol	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	***
Lar das Moças Cegas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Educandário Santista	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Lar Evangélico de Amparo a Velhice	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Sociedade São Vicente de Paulo	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Aurora Fernandez Rodriguez	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Maria Beatriz de Carvalho	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
Cleonice Santos de Oliveira	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Paulo Cezar Simoni	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Gilmara M. B. Salazar	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

Katia Ayres Dos Anjos	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Barbara Mendonça Brasil	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
Alaíde Maria de Oliveira	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
Claudia Aparecida Solidário Pedroso	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Rogério Aparecido dos Santos	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Maria Anunciada de Andrade	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***

6 Em segunda chamada, a Sra. Josenice, Presidente, cumprimenta os presentes, a seguir, inicia a  
7 reunião com o **Item 1** - Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia  
8 19/09/2023, sendo aprovada em unanimidade. **Item 2** - Inscrição da oferta da Organização Social  
9 ASPPE - Pesquisa, Prevenção e Educação - Programa "Prepara Jovem". O conselheiro Rogerio  
10 relata sobre a visita realizada a instituição, apresentando as características do projeto de  
11 aprendizagem. A Sra. Marita, representante da Organização Social - OSC agradece a visita  
12 realizada, onde foi possível realizar uma troca de informações e conteúdos importantes. A inscrição  
13 da oferta é aprovada. **Item 3** - Revalidação de inscrição das organizações sociais: Processo de  
14 revalidação 2023. O conselheiro Paulo inicia a fala explicando que os membros da Comissão de  
15 Política decidiram fazer a revalidação no formato coletivo como estratégia para fortalecimento da  
16 rede e aproximação dos profissionais, provocando assim novas possibilidades de ação na  
17 execução das ações desenvolvidas. Realiza a leitura de documento constando os desafios e  
18 possibilidades que foram identificadas no primeiro encontro (disponível ao final da ata) A  
19 conselheira Rayssa informa que os encontros estão divididos em momentos, sendo o primeiro  
20 formativo, onde esta sendo realizada uma apresentação com conteúdo norteador para a oferta  
21 executada pelas OSC. O segundo momento é realizado uma dinâmica com os participantes, onde  
22 é proposto levantamento dos desafios enfrentados e as potencialidades das OSC na execução dos  
23 serviços. Ressalta que nos dois encontros que já aconteceram houve um momento de importantes  
24 reflexões e formação de grupos mobilizadores. Também foi pensando em aprimoramento dos  
25 espaços coletivos e na atuação do conselho. A seguir os representantes das OSC se apresentam  
26 e após responder os questionamentos apresentados, as inscrições são revalidadas: Ação de  
27 Recuperação Social- ARS – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com  
28 Deficiência e Idosas; Asilo de Inválidos de Santos - Casa do Sol - Serviço de Acolhimento



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

29 Institucional - Modalidade - ILPI para idosos ; Associação Beneficente de Assistência Social ao  
30 Excepcional – ABASE – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas  
31 e suas Famílias – Modalidade - Centro Dia; Associação Casa da Criança - Serviço de Acolhimento  
32 Institucional – Modalidade Abrigo para crianças e adolescentes; Associação de Promoção e  
33 Assistência Social Estrela do Mar – APASEM – Serviço de Convivência e Fortalecimento de  
34 Vínculos - SCFV; Educandário Anália Franco - Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade  
35 Abrigo para crianças e adolescentes; Casa do Paraplégico de Santos - Serviço de Acolhimento  
36 Institucional – Modalidade Residência Inclusiva; Casa Vó Benedita - Serviço de Acolhimento  
37 Institucional – Modalidade Abrigo para crianças e adolescentes; Centro Espirita e de Caridade Dr.  
38 Luiz Monteiro de Barros - Serviço de República - Modalidade para idosos; Congregação  
39 Missionarias da Caridade - Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade Abrigo para pessoas  
40 em situação de rua; Conselho Central de Santos da Sociedade São Vicente de Paulo - Serviço de  
41 Acolhimento Institucional - Modalidade - ILPI para idosos ; Educandário Santista - SCFV; Lar  
42 Evangélico de Amparo a Velhice - Serviço de Acolhimento Institucional - Modalidade - ILPI para  
43 idosos ; Legião da Boa Vontade – LBV - SCFV; Pesquisa, Prevenção e Educação – ASPPE -  
44 Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; Sociedade Amiga  
45 dos Pobres - Albergue Noturno - Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade Abrigo para  
46 pessoas em situação de rua e Toca de Assis Irmãs - Serviço de Acolhimento Institucional –  
47 Modalidade Abrigo para pessoas em situação de rua. A conselheira Aurora questiona se a Casa do  
48 Paraplégico já está atuando nas duas unidades e se os dois serviços possuem equipe técnica. Sra.  
49 Salete, representante da OSC responde que já estão atuando nas duas unidades, sendo a mesma  
50 equipe para as duas casas. A presidente Josenice informa que segundo a Tipificação Nacional dos  
51 Serviços Socioassistenciais uma equipe poderá atender até três residências inclusivas. A  
52 conselheira Aurora solicita que seja recomendado A SEDS reconsideração para que seja pensando  
53 em uma equipe para cada unidade, garantindo um acompanhamento mais adequado aos  
54 acolhidos, pois a execução do serviço foi planejada para duas equipes e existe recurso para tal.  
55 Sobre a Casa do Sol, foi perguntado se existe convênio com a Saúde. Sra. Evelyn, representante  
56 da OSC responde que estão elaborando um projeto para ampliação das vagas e convênio com a  
57 Saúde. **Item 4** - Eleição de representante para o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD.  
58 Novamente não houve conselheiros interessados. Sr. Jair informa que entregou sua documentação  
59 para a vaga de conselheiro e caso seja aceito, gostaria de ser representante do COMAD. **Item 5** -  
60 Eleição para representante para o Comitê Gestor Intersetorial para o Desenvolvimento Integral da



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

61 Primeiríssima e da Primeira Infância. A conselheira Katia informa que quando chegou no comitê  
62 não sabia seu papel, mas que aos poucos foi entendendo. Aproveita para divulgar que terá um  
63 seminário no próximo mês, sendo enviado por e-mail as informações. Não houve conselheiros  
64 interessados. **Item 6** - Apreciação e deliberação do Plano de ação para utilização do recurso  
65 financeiro do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para Benefício Eventual. A conselheira  
66 Rayssa explica que mais uma vez chega uma verba para o município, sem que haja tempo hábil  
67 para análise nas comissões, sendo necessário aprovação direto na assembleia. Já foi enviado  
68 ofício ao Estado e a União, manifestando as dificuldades para aprovação dos recursos com os  
69 prazos que são estipulados. O valor é de R\$74 mil e será utilizado para pagamento de auxílio  
70 moradia. Tem uma resolução vigente, mas o Estado não está autorizando a utilização para os itens  
71 previstos na resolução, como por exemplo cesta básica, sendo possível a compra de alimentos.  
72 Para evitar o uso indevido, foi decidido que será utilizado somente para auxílio moradia, que tem  
73 aumentado muito, pois os acolhimentos tem feito um trabalho de desacolhimento e a SEDS tem  
74 usado fonte municipal para pagamento. A conselheira Aurora solicita que o ofício seja reiterado,  
75 pois houve mudança de governo e é necessário nova provocação para viabilizar o uso do recurso,  
76 para evitar a inoperância dos processos. “É preciso que a utilização dos recursos seja viabilizada  
77 e usado para atender a população”. Sra. Audrey, informa que terá uma reunião com o coordenador  
78 financeiro do Estado e que tratará o assunto, pois até a DRADS está com dificuldades de orientar  
79 os municípios com relação ao uso dos recursos. A conselheira Katia pergunta quantas famílias  
80 serão beneficiadas com esse recurso. A conselheira Rayssa responde que serão beneficiadas  
81 cerca de 40 famílias. Após votação, é aprovado em unanimidade. **Item 7** - Eleição de novos  
82 conselheiros no segmento Usuários. A presidente informa que houve uma inscrição para o  
83 segmento Usuários. Sra. Jair Roberto de Oliveira Teixeira se apresenta. Informa que é atendido no  
84 SEABRIGO AIF, que vive em Santos há 63 anos e que a parte social está muito bem encaminhada,  
85 mas ainda tem muitas necessidades, assim deseja ser conselheiro. Como não houve outras  
86 inscrições, não houve necessidade de eleição e é nomeado conselheiro bem como representante  
87 do CMAS no COMAD. **Item 8** - Informes do CMAS: Relatos das Comissões e Diretoria Executiva.  
88 O conselheiro Itiel relata que na Comissão de Finanças precisa realizar a análise dos relatórios dos  
89 gastos. Solicita novamente que SEDS envie os relatórios de prestação de contas de 2022 e 2023.  
90 O conselheiro Paulo informa que a comissão de política realizou visitas e reuniões com as OSC. A  
91 conselheira Aurora fala que fica emocionada pois a assembleia hoje está cheia, mas infelizmente  
92 foi somente pelo processo de revalidação. Que este espaço precisa ser ocupado, “precisamos



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

saber onde os recursos estão sendo gastos e de que forma. O CMAS é onde se implementa novas políticas públicas, e isso só se faz participando”. Solicita que os trabalhadores das OSC participem do novo pleito pois só assim se faz o controle social, participando, tirando dúvidas, “esse espaço é nosso, é de controle, fiscalizar a política e de dar nossa opinião”. A conselheira Rayssa relata que na Comissão de Instância foi realizada avaliação da reunião com a Diretoria Regional de Ensino, onde foi possível uma aproximação para possíveis articulações. “Foi um primeiro disparador, estávamos com muita expectativa, e no dia constatamos que ainda existe muito desconhecimento sobre as ações do Programa Bolsa Família. Mas foi positivo só de conseguido acessar os profissionais”. Também foi analisado o relatório de condicionalidades, se os dados digitados estão atrelados ao acompanhamento familiar ou não, pois alguns números espantam. Foi analisado os motivos marcados e sobre a necessidade de aprimorar o nosso relatório, para incluir alguns dados que ainda não temos. O território do Rádio Clube foi o que se destacou nas marcações, sendo necessário analisar os números e mobilização no território para as ações necessárias. Sra. Adelma informa que a resolução normativa do processo eleitoral será pública nos próximos dias, divulgando os critérios e prazos para inscrição. **Item 9** - Informes do Gestor. Sra. Andreia realizada apresentação do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua do Município de Santos, construído pelos representantes do Comitê Gestor Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento do Plano Municipal para a Garantia de Direitos das Pessoas em Situação de Rua CIAMP-RUA, tendo como base diversas ações, reuniões, pesquisas sociais participativas entre outras, diálogos com a sociedade, realização do Censo Pop-Rua, normativas e legislações específicas direcionadas a população em situação de rua. O conselheiro Jair fala que conheceu o Centro Pop em São Paulo, na Sé e que tem local para tomar banho, comer e passar o dia, como um Centro Dia e que seria bom ter um serviço assim no município. A presidente Josenice informa que o grupo do CIAMP Rua tem vários representantes, da sociedade civil, usuários, entidades, serviços públicos, mas que precisa da participação ativa dos usuários, pois o serviço será para uso deles, se faz necessário cada dia reforçar nos serviços a importância do segmento usuários no planejamento da política pública. O conselheiro Rogerio fala que conseguiu participar da primeira reunião, mas que não deu continuidade pois sua agenda está muito cheia. Participa de um grupo na Unifesp de redução de danos e recebe uma bolsa financeira, assim, sugere que a participação das reuniões do CIAMP Rua tenha algum incentivo financeiro. Fala que suas cadeiras de rodas estão quebradas e precisa de ajuda para arrumar e que o município só realiza a troca da cadeira a cada três anos. Para o ano que vem já comprou uma agenda e quer estar nas reuniões do CIAMP



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

125 Rua pois “meu sonho não é estar sempre em um abrigo” assim solicita a bolsa (auxílio financeiro),  
126 pois sem esse suporte não tem como abrir mão da vida para participar das reuniões. A conselheira  
127 Katia verbaliza que desconhece se as reuniões foram pensadas viabilizando a participação das  
128 pessoas em situação de rua. Não está participando ativamente desses espaços, mas entende que  
129 fazer esses encontros nos locais onde a população de rua esta, é importante para que tenham sua  
130 fala escutada. Sra. Audrey informa foram realizadas reuniões em vários locais, já teve no Albergue,  
131 SEABRIGO, SEACOLHE, no Luiz Monteiro de Barros. Também estão realizando reuniões com os  
132 grupos solidários. A conselheira Katia fala que a estratégia da secretaria é excelente, mas que não  
133 podemos perder de vista que a política pública tem que ter recurso e tem ações que são de  
134 responsabilidade da gestão, e que os demais setores vão só complementar. A conselheira Alcione  
135 menciona que conversando com alguns usuários, percebe a necessidade de linguagem mais  
136 acessível nas reuniões, pois os usuários ficam “boiando”. Sra. Audrey fala sobre a locação de  
137 imóvel na Rua João Pessoa, que vai estruturar o projeto e trazer os detalhes para o colegiado.  
138 Relata a última reunião com os gestores da Baixada Santista, onde discutiram sobre o PROCAD;  
139 aumento do situações de trabalho infantil nos municípios. Aproveitou para comunicar que o  
140 convênio com a equipe de abordagem de criança e adolescente será ampliado para atendimento  
141 diário, para garantir um atendimento mais efetivo, mas não sendo suficiente somente Santos atuar,  
142 se não houver participação dos demais municípios não terá resultado. No início da reunião as  
143 demais cidades interpretaram mal essa fala, mas no final foi satisfatório. Os dados foram levados  
144 e pontuamos a necessidade de conversas, câmaras temáticas na DRADS sobre esse tema.  
145 Estamos aguardando, a DRADS responder, vamos cobrar o Sr. Gilmar, que é o dirigente atual.  
146 Nenhuma cidade vai avançar sem ajuda da outra. Não adianta a cidade gastar os recursos de forma  
147 emergencial e os municípios vizinhos não usar. O que tem sido positivo nas reuniões e que as  
148 informações agora estão circulando. Nessa última três municípios não foram, mas vamos continuar.  
149 A DRADS está somente com três funcionários, sendo que esse órgão é fundamental para  
150 articulação dos municípios. As reuniões possuem conteúdo, momentos de cobrança e desabafo.  
151 Sobre o atendimento do 153, houve contratação de dois agentes de comunicação que já estão  
152 sendo preparados. Eles não serão especialistas, terão o mínimo de informação do SUAS e darão  
153 um atendimento diferenciado a partir do momento que chegarem no serviço de atendimento do  
154 153. O processo emergência de contratação emergencial de RH está na fase final. Atrasou um  
155 pouco, fomos chamados novamente, para falar a necessidade. Os serviços que serão criados  
156 aguardarão o chamamento do concurso público. Hoje não pode ficar com esse quadro, temos que



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

157 ampliar, pois o serviço cresceu. Essa é uma das nossas lutas. Amanhã terá uma reunião com o Sr.  
158 Leocardio sobre essa questão. Desde maio as reuniões do CIAMP Rua acontecem sendo muito  
159 importante para que os demais municípios também tenham, hoje somente Santos tem, tornando  
160 muito difícil os atendimentos, pois temos que atender a todos e a demanda dos outros municípios  
161 é muito grande, sendo necessário provocar as cidades vizinhas, pois o serviço é para todos, mas  
162 todos os municípios devem desenvolver ações. Socializa que na data de ontem teve uma audiência  
163 pública com o tema segurança pública na cidade de Santos. “Falaram que eu não estava lá, sendo  
164 que não foi convidada formalmente para compor a mesa”. Houve falas preconceituosas “esses  
165 moradores de rua que são criminosos e cadê a secretaria para responder sobre os moradores de  
166 rua que roubou minha casa?”. “Assim vemos o quando a gente precisa educar as nossas crianças,  
167 para não ter tantos adultos falando besteira, foi muito triste. Que sejamos justos, ninguém, que  
168 estava lá, é frequente nos conselhos de segurança. A nossa presença lá ensina as pessoas a ver  
169 as coisas de forma humanizada, pois misturam tudo,” craqueiro”, carrinheiro”. Por fim, Sra. Audrey  
170 divulga o Seminário de Boas Práticas, que será realizado nos dias 23 e 24 de novembro,  
171 convidando a todos a participarem. O seminário contará com palestras, apresentação de práticas  
172 exitosas onde será premiado os três primeiros colocados, sendo os prêmios: notebook, celular e  
173 tablete. A inscrição para concorrer as práticas exitosas será até o dia 13/11/23. **Item 10 - Assuntos**  
174 **Gerais –** A conselheira Aurora informa que o Grupo de Trabalho sobre acolhimentos institucionais  
175 do município de Santos - SAICAS concluiu os trabalhos com relação a denúncia de violações de  
176 direitos na OSC Casa das Anas, sendo concluído procedente as denúncias. O relatório será  
177 enviado aos órgãos competentes bem como a OSC. Sr. Amado questiona sobre os problemas do  
178 serviço do SAMU - ambulâncias quebradas. Pergunta o motivo do conserto no particular das  
179 ambulâncias ser rápido e no SUS demora. Sra. Audrey responde que não temos competência para  
180 responder essa questão que é da Secretaria de Saúde. Sr. Mauricio, trabalhador do acolhimento,  
181 há 14 anos na SEDS, solicita fala para registrar alguns apontamentos. “Lembro de uma fala da  
182 última reunião, de uma usuária, uma jovem de 20 anos que falou que sua família já passou por  
183 quatro incêndios no município. Considera o espaço do Conselho um local para compartilhar  
184 sentimentos, momentos de vida e a partir disso fazer discussões e as deliberações passam a ser  
185 bem fundamentadas”. Diante da fala da usuária, discorre sobre a gravidade, perversidade das  
186 desigualdades no BRASIL, onde a conjuntura atual possui estratégias muito sofisticadas e bem  
187 sucedidas para perpetuar a desigualdade social no país, sendo necessário reconhecer a atuação  
188 dessas forças para dar respostas a altura. “Nossas respostas tem sido muito tímidas, não eficazes.



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

189 Nos últimos anos a pobreza voltou com força, o abismo social aumentou nos últimos anos e  
190 estamos assistindo isso tudo. Podemos e temos que fazer mais e com mais força, fazer coisas  
191 diferentes, talvez não para nossa geração, temos que renovar nossas forças. O CIAMP Rua é uma  
192 estratégia, mas a SEDS não se encerra em si mesmo, tem que ter ações das demais secretarias.  
193 Precisamos ter novas políticas públicas para pessoas com histórico de vida tão precarizadas. Um  
194 país que permite que seus filhos vivam em situações tão precárias, com desigualdades, injustiças  
195 sociais e imoralidade. Agradece a presença dos usuários do SEABRIGO AIF, onde estão fazendo  
196 um “trabalho de formiguinha”, abrindo para ideia de participarem. A ultima reunião do CIAMP Rua  
197 foi linda, estava quase paritário, os usuários se fizeram presentes e ocuparam o tempo de fala, se  
198 manifestaram, deram depoimentos e sugestões. Não tem magia, é trabalho, trabalho de  
199 conscientização”. Sr. Amado compartilha que foi na agência do Banco do Brasil com sua esposa e  
200 tinha interprete de libras, ficando emocionado. Foi também ao cinema e também tinha interprete. A  
201 conselheira Aurora divulga que foi divulgado na data de hoje o local da conferência estadual, que  
202 será realizada no município de Sumaré/SP. A conselheira Juliana pergunta se o CMAS pode ter  
203 recurso fora fundo, equivalente ao CMDCA. A conselheira Aurora que também é conselheira do  
204 CMDCA sugere que os conselheiros procurem o CMDCA para entender como é realizado esses  
205 repasses. A conselheira Katia divulga a palestra Aceleradora Tamu Junto, promovida pela OSC  
206 ACMD, destinada a conselheiros tutelares, mas está aberta a todos e será realizada no dia 24/10  
207 no período da manhã. Não tendo mais assuntos, Sra. Josenice agradece os presentes e a reunião  
208 é encerrada.